

IV ENCONTRO NACIONAL DE ARQUIVOS MUNICIPAIS

Tema:

Os Arquivos Municipais e a Administração

Sub-temas:

1. Os Arquivos Municipais na sociedade de informação: realidades e projectos.
2. As tecnologias de informação e a modernização da administração.
3. Os Arquivos Municipais face à Rede Nacional de Arquivos e à cooperação interinstitucional.

Local:

Edifício Duarte Pacheco
Casa da Cultura
Loulé

Data:

26 a 28 de Fevereiro de 1997

Organização:

BAD – Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas

Apoio:

CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ

Patrocínios:

ANA EP
CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS - LOULÉ
CÂMARA MUNICIPAL DE SILVES
JNICT

Empresas participantes:

DATINFOR
DIDAX
EFACEC
INFORMÁTICA EL CORTE INGLÊS
SETA – Trading, Lda.

Exmo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Loulé
Exmo Sr. Presidente da BAD
Exmo Sr. Vice-Presidente do Instituto dos Arquivos
Nacionais / Torre do Tombo
Caros Colegas
Minhas Senhoras e meus Senhores

É com grande regozijo que a Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas organiza mais uma vez um encontro de profissionais de arquivo dentro das consideradas “reuniões magnas”, isto é, aquelas a quem se atribui uma importância fundamental.

Na realidade passados quase quatro anos, sobre o IIIº Encontro Nacional de Arquivos Municipais, inicia-se hoje esta reunião de colegas imbuída de um espírito novo, onde a palavra de ordem volta a ser a esperança no futuro dos arquivos e dos arquivistas. Espírito este que tem paralelo com o do IIº Encontro de Arquivos Municipais realizado em Montemor-o-Novo. Parece mesmo que existe um fio condutor na realização destes eventos.

Se se recordam em Montemor-o-Novo havia uma forte esperança de mudança com a recente criação do Instituto Português de Arquivos, hoje, o paralelo é o mesmo, todos nós já notamos as mudanças com o aparecimento no novo Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo, para o qual depositamos a esperança de que, com esta nova oportunidade, os arquivos e os arquivistas dêem o tal “salto para a frente” tão necessário.

Para a BAD a mudança é evidente, a esperança de uma colaboração conjunta em defesa dos profissionais de arquivo e das suas instituições é já hoje uma realidade. Resta saber se, esta realidade, é já sentida por todos.

Permitam-me uma nota pessoal, os encontros de arquivos municipais têm marcado a minha vida como arquivista, pois foi em Montemor-o-Novo que assisti pela primeira vez a uma reunião de colegas, e é agora, em Loulé que faço a minha primeira intervenção junto dos mesmos como

Vice-Presidente da BAD. Não sendo arquivista municipal, como vêm, não posso deixar de lhes dedicar toda uma atenção muito especial.

Como todos sabem os arquivos municipais não são a minha área de actuação preferencial o que me dificulta a elaboração de dissertações sobre o tema. Assim vi-me obrigado a consultar alguma bibliografia, bem como falar com alguns colegas das câmaras municipais. A realidade que constatei foi, para mim, motivo de preocupação, pois sendo evidente uma ligeira melhoria nesta área a nível de pessoal, instalações e na cooperação entre os colegas, na sua grande maioria, o estado dos arquivos municipais dá uma realidade impressionante às palavras da Dr^a Madalena Garcia no seu discurso de abertura do III^o Encontro quando diz: *“Embora nos últimos anos tenha havido um aumento significativo do número de arquivistas nas Câmara Municipais (...), a grande maioria dos arquivos municipais portugueses continua porém a debater-se com graves carências estruturais sobretudo no que respeita à falta de pessoal especializado e de instalações condignas”*.

No entanto mais impressionado fiquei quando li as conclusões do III^o Encontro e interroguei-me qual dos cinco pontos apresentados foi levado em consideração e que acções práticas teve. Espero que este Encontro os demonstre.

Esta realidade leva-me a recordar uma intervenção que fiz em Novembro no auditório da Torre do Tombo (num encontro sobre arquivos), em que me interroguei se o problema dos arquivos não passa por uma falta de cultura arquivística por demais evidente na sociedade portuguesa e, ao mesmo tempo, num certo autismo dos próprios profissionais dos arquivos.

Vejam: o próprio tema deste Encontro – **Os Arquivos Municipais e a Administração** – parece vir no seguimento das conclusões chegadas em Viana do Castelo, e lendo, do primeiro Boletim Informativo, o texto do Dr. Maranhão Peixoto, é por demais evidente que os arquivos municipais são uma realidade complexa em constante adaptação à evolução da

sociedade, não sejam eles os arquivos de uma instituição que mais próximo está das pessoas. Neste sentido parece consensual que as dificuldades sentidas pelo arquivista municipal são, em menor amplitude, as dificuldades sentidas pela arquivística nacional.

Pergunto-me se estas dificuldades existem motivadas pela não aceitação, de facto, de que os arquivos são verdadeiros centros de informação, trazendo consigo toda a importância da informação nas sociedades modernas e ao mesmo tempo todos os perigos e inconvenientes de quem trabalha com o que é considerado hoje um poder dentro do Estado.

Parece-me que o arquivista é cada vez mais um profissional da informação e que os arquivos são centros privilegiados de informação quer esta seja de importância relativa, ou de importância vital para as administrações e mesmo para o Estado.

Assim o tema agora em debate será sempre actual e polémico pois se é reconhecida a necessidade de existirem arquivos bem estruturados, estes como reflectem o que existe de bom e de mau nas instituições terão sempre grandes resistências em se implementar por parte das administrações. Todo o poder quer ter um arquivo como pólo cultural, mas quando este passa a ter informação que pode ser inconveniente, é preferível deixá-lo como está hoje, isto é sem meios, ou mesmo inexistente. Por outro lado os vários serviços que detêm a sua documentação sentem-na como tendo, eles, um poder na mão. Só assim se compreende que as instituições não possuam serviços de arquivo integrados, com arquivistas e regulamentos bem definidos, não importando qual o valor da documentação que está em causa.

Salvo raras excepções, as câmaras municipais são bem espelho desta situação, possuindo arquivos em vários serviços sem integração entre eles, chegando mesmo a diferenciar os arquivos correntes e intermédios, dos arquivos definitivos, através de dependências orgânicas completamente diferentes. Em que a normal passagem dos processos de um arquivo para outro se transformam em verdadeiras lutas.

Mesmo assim, esta situação ainda revela que existem arquivos e arquivistas. Mas eu pergunto, e desculpem a minha ignorância, se todos nós temos uma ideia de quantas Câmaras existem com arquivos, com arquivistas e com um sistema de arquivos a funcionar. E, extrapolando, se temos uma ideia de qual é a realidade junto da administração central e do sector empresarial público e privado. Em resumo, sabemos como está o estado do nosso património cultural e em que mãos pára a nossa informação a nível nacional?

Mais uma vez vem à baila o reconhecimento de que os arquivos não são só um produto cultural. Mas quem interioriza esta realidade à excepção de quem trabalha na elaboração de portarias e de quem tem que se responsabilizar pela eliminação de documentos?

Eis mais um tema sempre debatido, as portarias e os prazos de conservação. Tema que pouco tem a ver com o arquivo produto cultural, mas que tem tudo a ver com o arquivo/informação, com o arquivo e a administração. Problema ainda hoje premente para as câmaras municipais e que espero, que este Encontro traga notícias novas a todos os colegas do país.

Por outro lado já é sentimento geral que não podemos estar muito mais tempo à espera do estabelecimento efectivo da Rede Nacional de Arquivos, com todos os aspectos a ela ligados. Penso que muitos dos períodos em que parece haver um retrocesso na arquivística nacional seriam evitados, ou atenuados, se existisse uma rede de arquivos a funcionar.

Resta saber como é que esta vai ser implementada, qual o papel dos arquivos distritais e dos arquivos municipais nessa rede, e qual o papel dos arquivos que não dependem do Ministério da Cultura. Antes de se saber produtos e softwares que irão ligar as várias instituições, é preciso discutir como é que a rede vai ser implementada, como se vão efectivar os apoios aos aderentes, qual o grau de participação dos vários arquivistas na melhoria e evolução da rede? São tudo interrogações que hoje já deveriam ser certezas, e das quais depende o futuro dos arquivos portugueses.

A esta situação temos que adicionar o facto de que a profissão de arquivista está hoje em crise. Esta situação é bem patente na reestruturação dos antigos quadros BAD (por força do decreto 247/91) em que os lugares de arquivistas desaparecem, principalmente a nível de técnico superior; está bem patente na formação dada que nada tem a ver com as actuais exigências que o mundo dos arquivos coloca aos seus profissionais, levando as administrações a optar por outros profissionais como os especialistas em organização e métodos e os recentes “gestores de informação”; está bem patente na consideração que o Estado tem nos profissionais dos arquivos, onde, normalmente para os lugares de chefia são colocadas pessoas sem formação específica, isto é, ao arquivistas ainda não lhe é reconhecido o papel de gestor e de político.

Esta crise é tão evidente e reconhecida quando, a própria sociedade civil, através da comunicação social, discute assuntos que dizem respeito essencialmente aos arquivistas, ignorando-os completamente.

Paradoxalmente os próprios profissionais e a própria sociedade sente, cada vez mais, a necessidade de ter um sistema de arquivos sério e credível. Só assim se compreendem as recentes discussões públicas nesta área, bem como a proliferação de empresas privadas ligadas aos arquivos, e todas com mercado. Só assim se compreende a necessidade que certos colegas tiveram em se reunir e desenvolver projectos que, na ausência de um órgão coordenador, as ajudasse a superar as suas dificuldades quotidianas.

Mas perante esta situação desanimadora, que todos desejamos ver ultrapassada, deveremos culpar somente a falta de cultura arquivística, os problemas institucionais e políticos?

Parece-me bem que não. Pessoalmente faço esta pergunta aos colegas. Em 1993 concluíram que era preciso “*Estimular a cooperação entre os profissionais de arquivo a nível nacional, no quadro da Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas*”, o que foi feito até agora? Como é que os colegas aproveitaram a realidade dos Grupos de Trabalho dos arquivos, os existentes ou outros a criar?

Sendo a Associação um órgão não governamental, apolítico, não será o local ideal para os colegas se reunirem, discutirem e proporem as mudanças que todos precisamos? Não indiquem o pouco poder interventivo a que a BAD possa estar votada como factor de afastamento, pois este poder depende da força que os seus associados derem. E esta força traduz-se na participação efectiva e sincera de todos os profissionais de arquivo. Não basta ser sócio, é preciso sê-lo e participar.

No sentido de tornar mais interventivo o papel dos associados o actual Conselho Directivo Nacional colocou especial ênfase no reinício destas “reuniões magnas”, bem como tornou mais claro e de primordial importância os **Grupos de Trabalho** que, espero, saiam deste Encontro reforçados, com a real efectivação do Grupo de Trabalho para os Arquivos Municipais e do Grupo de Trabalho para os Arquivos de Família.

Estes vão ser os melhores órgãos para uma discussão séria e livre dos problemas que nos afligem bem como servirão para ajudar o CDN a tomar as iniciativas necessárias, que muitas vezes por falta de apoio e mesmo de conhecimento não são realizadas.

Por exemplo penso pessoalmente, que estes Encontros deveriam ser organizados pelo respectivo Grupo de Trabalho, pois a percepção dos vossos problemas reais era mais evidente daquela que eu tenho, por mais que fale com os colegas das Câmaras Municipais. A Associação criou as estruturas, compete agora a vocês pô-las a funcionar.

Apelo a todos os colegas para um “cerrar de fileiras” em torno da nossa Associação, podem ter a certeza que estão a dar força não ao Conselho Directivo Nacional, que é passageiro, mas a vós próprios. Na Associação, com o vosso apoio, poderemos intervir em todos os aspectos, quer eles estejam ligados à normalização de procedimentos, à sensibilização política, formação, condutas e éticas profissionais, revisão do estatuto das carreiras, etc.

Espero que percebam agora porque falei na existência de um certo autismo na classe profissional que leva ao divisionismo e ao enfraquecimento de todos nós.

Não quero concluir esta já longa intervenção sem, antes de mais, agradecer à Câmara Municipal de Loulé, na pessoa do seu Presidente todo o apoio dado a esta iniciativa, e sem o qual o IVº Encontro não se realizaria. Deste município a Comissão Organizadora nunca ouviu um não, podendo mesmo descansar relativamente aos aspectos logísticos que estes eventos acarretam. Senhor Presidente o meu mais sincero obrigado. Não posso também deixar de falar, e agradecer, o empenho do Dr. Pedro Serra, do Dr. João Sabóia do Arquivo Distrital de Faro, da Dr.ª Margarida Vargues, presidente da Delegação Sul da BAD, bem como a todos os convidados que aceitaram participar neste Encontro e a todos os colegas que integraram a Comissão organizadora.

Caros colegas, o rotundo sucesso destes três dias de trabalho que espero serem proveitosos está nas vossas mãos. Pessoalmente tentei tornar este Encontro atractivo convidando colegas de várias áreas e países tendo em vista uma efectiva troca de experiências. Deposito toda a esperança neste evento, desejando com avidez ler as suas conclusões. Espero que ele marque um ponto de viragem na atitude dos profissionais, porque relativamente às instituições isso já começa a concretizar-se como acontece, neste momento, com a BAD e o IAN/TT.

Muito obrigado a todos.

Miguel Infante

Vice-Presidente do CDN/BAD